

CAMINHOS METODOLÓGICOS E REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS PARA O ESTUDO DAS AÇÕES DOS TRABALHADORES NUMA REALIDADE EM TRANSIÇÃO: ALGUMAS NOTAS⁽¹⁾

METHODOLOGICAL PATHS AND EPISTEMOLOGY REFLECTIONS FOR THE STUDY OF WORKERS ACTIONS IN A CHANGING REALITY

Maria Aparecida Bridi^(*)

RESUMO

O presente artigo propõe delinear as reflexões epistemológicas e metodológicas que nortearam a investigação da ação coletiva de metalúrgicos em plantas da indústria automobilística do Paraná. A apreensão da dinâmica da ação dos trabalhadores no chão da fábrica no contexto de profundas transformações no âmbito do trabalho — impulsionadas pela política, pela economia e inovações tecnológicas — permite, dentre outras, questionar teorias anunciadoras da inviabilidade de aglutinação social e política dos trabalhadores e a abordagem teórica que supõe a ação coletiva como orientada por fins puramente egoísticos. Destaca, ainda, que a pesquisa empírica que se sustenta pelo diálogo entre os saberes e uma forma de pensar a respeito da realidade como eminentemente histórica, ambivalente, contraditória e múltipla possibilita questionar certas teorias apocalípticas que se abateram sobre trabalho e trabalhadores em fins do século XX.

Palavras-chave: Epistemologia, Metodologia, Ação coletiva, Classe trabalhadora.

ABSTRACT

The present article seeks to outline the epistemic and methodological reflections which guided the investigation of collective action by metal workers of the automobile industry in Paraná, Brazil. The apprehension of the dynamics of these workers action, due to deep changes in the world of labor — caused by politics, economy and technological innovations —, allows the questioning of theories which consider unviable the social and political agglutination of workers, and the questioning of the theoretical approach that sees collective action as guided by purely egotistic ends. It is also noted that the empiric research which bases itself on the dialog between different fields of knowledge and on a thinking pattern which sees reality as historically built, ambiguous, contradictory and multiple, it is fundamental for criticism against certain apocalyptic theories which befell labor and workers in the end of the 20th century.

Keywords: Epistemology, Methodology, Collective action, Working class.

“Caminhos metodológicos e reflexões epistemológicas para o estudo das ações dos trabalhadores numa realidade em transição: algumas notas” propõe delinear o conjunto de ideias e perspectivas que orientou o estudo da ação coletiva dos trabalhadores no interior das montadoras do Paraná. Trabalho e trabalhadores se encontram no centro do

(1) O presente texto modificado foi apresentado na sessão temática “Metodologia da interdisciplinaridade nos estudos do trabalho”, no XI encontro nacional da ABET, em Campinas, 2009.

(*) Socióloga. Professora do Setor de Educação Profissional e Tecnologia/UFPR, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia/UFPR. Vice-coordenadora do GETS (Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade) e membro do NUPESPAR (Núcleo de estudo em sindicalismo no Paraná) da UFPR. E-mail: macbridi@gmail.com.

dissenso teórico e de controvérsias não resolvidas na Sociologia. Por isso, as pesquisas sobre o mundo do trabalho exigem também a reflexão continuada sobre as escolhas teóricas e metodológicas realizadas, visto que são elas que podem iluminar mais ou iluminar menos a realidade do mundo social.

Toda pesquisa é impregnada pela visão *de* ciência (em seu sentido geral e amplo) e *da* ciência (enquanto saber propriamente disciplinar). Tais concepções (*da* e *de* ciência) se refletem no objeto, na condução da investigação, bem como nos seus resultados. Frente a isso, na primeira parte do texto, buscamos trazer à tona o movimento de reflexão da ciência moderna e de seus pilares. O reconhecimento de seus limites fez emergir, de modo mais candente, na segunda metade do século XX, a necessidade da interdisciplinaridade, do diálogo entre os saberes e da reformulação do pensamento científico. Na segunda parte, o texto explicita os caminhos e os resultados da pesquisa empírica. Demonstra, dentre outras, que a apreensão da história e da dinâmica da ação dos trabalhadores no chão da fábrica no contexto de profundas transformações no âmbito do trabalho — impulsionadas pela política, pela economia e inovações tecnológicas — permite questionar teorias anunciadoras da inviabilidade de aglutinação social e política dos trabalhadores e a abordagem teórica que supõe a ação coletiva como orientada por fins puramente egoísticos.

1. CONCEPÇÃO E CRÍTICA DA CIÊNCIA MODERNA E IMPLICAÇÕES NA PESQUISA

A complexificação da realidade não trouxe desafios somente para as Ciências Sociais, historicamente afeitas a crises e dissensos. A própria Ciência Moderna, fundada no “paradigma da simplificação” (Morin, 1991)⁽²⁾, encontra-se profundamente abalada, seja pelas novas descobertas que desalojaram leis universais e verdades absolutas, seja pelas consequências decorrentes desse tipo de visão e de um modo de fazer ciência. O próprio conceito de ciência vem se transformando, vez que esta deixa de ser sinônimo de verdade e passa a ser concebida como construção humana e representação da realidade.

Embora a ciência tenha se desenvolvido em épocas anteriores, é no século XIX que se configura plenamente o modelo de racionalidade científica. Para Santos (1998), tal modelo implicou na separação entre conhecimento científico e não científico, sendo considerada ciência verdadeira somente aquela passível de observação e experimentação direta e do estabelecimento de leis gerais e/ou circunscritos em modelos teóricos fechados. Isso tem lastro no Positivismo, corrente que configurou a ciência da sociedade no século XIX, a partir da analogia metodológica com as ciências naturais. Como analisam Bridi, Araújo e Motim (2009, p. 34), a exaltação desse novo saber foi “poder conduzir à concepção do

(2) Morin (1991) ao estabelecer a crítica da ciência moderna e seus pilares denominados por ele como “paradigma da simplificação”, esboçou o “paradigma da complexidade”. Nesse paradigma, declara a validade do princípio da universalidade, porém, considera-o insuficiente; promove também a integração entre sujeito e objeto e sua não separação ou absolutização; a apreensão simultânea da unidade e diversidade, continuidade e rupturas; o não banimento da contradição, da imaginação, do conflito, da desordem; o caráter probabilístico, aproximativo e provisório das leis; a relativização do conceito de causalidade; a verdade como probabilística, aproximativa e não absoluta; a provisoriabilidade dos resultados da ciência não no sentido de um relativismo total, mas aberta a novas descobertas e com um corpo de princípios que possibilitam a apreensão da realidade complexa e múltipla.

cientificismo positivista — um pensamento que concebe a ciência como o único conhecimento possível, tendo como método válido o das ciências da natureza, estendido a todos os campos de investigação científica”.

Tal ciência, de acordo com Morin (1991), fundamentada no paradigma da disjunção/redução, cindiu o pensamento e as diversas esferas da realidade, isolando o objeto de seu entorno e do sujeito cognoscente.

Em alguma medida, essas características da ciência moderna também são verificáveis nas teorias sociais que desconsideram as ambivalências, a complexidade da realidade, a interdependência dos fenômenos e a existência de múltiplos polos que se inter-relacionam de maneira intrincada⁽³⁾. As análises promovidas por perspectivas teóricas reducionistas promovem um fechamento prematuro das teorias quando estas desconsideram a história e a dinamicidade social, descuido de que padecem as teorias que decretaram o “fim” de fenômenos que se encontram palpitantes no seio social e/ou negaram a capacidade de ação e reação dos sujeitos enredados pela crise desde os anos 70⁽⁴⁾.

Desse modo, consideramos que muitos dos discursos teóricos produzidos no âmbito da globalização neoliberal, quando tenderam à defesa de pensamentos hegemônicos e totalitários — como os que propugnaram uma suposta inexistência de alternativas — reforçam a necessidade de dar crédito às inúmeras experiências sociais que estão sendo desperdiçadas, segundo Santos (2004). É o caso das experiências dos trabalhadores que se seguiram aos anos 80, uma vez que estes foram objetos de análises apriorísticas que se inclinaram à desqualificação da ação coletiva⁽⁵⁾. O cenário de desconstruções teóricas generalizadas orientou a busca no movimento real, não tão visível e as ações e reações dos trabalhadores no chão de fábrica. Nesse processo, buscou-se perscrutar as diferenças e especificidades de fenômenos que, aparentemente, são semelhantes ou decorrentes de causas comuns, pois, como afirmou Leite (2003, p. 24), “não se têm realidades polares, mas muito diferenciadas no mundo do trabalho”.

Nessa direção, o estudo da ação coletiva dos trabalhadores das montadoras do Paraná⁽⁶⁾ envolveu o diálogo com outros saberes, na medida em que se valeu de conceitos da sociologia e de outras disciplinas. Dentre estes, destacamos: os conceitos de cultura desenvolvidos pela antropologia que nos permitiram a problematização da ideia de cultura aplicada às empresas; os saberes da economia, para análises da crise econômica, dos mercados, da distribuição dos recursos; os saberes do direito, quando nos referimos a um trabalho de contrato flexível e mais desregulamentado; os saberes da história, condição fundamental que nos orientou quanto às mudanças e permanências, semelhanças e diferenças entre o presente vivido pela classe trabalhadora e as experiências pretéritas.

(3) Para Morin (1991), a ciência moderna em nome da racionalidade, desprezou a experiência imediata, a historicidade, a imprevisibilidade, a capacidade de auto-organização, a desordem, a criatividade, a imaginação, a iluminação, o aleatório, o acidente, o individual, assim como não considerou que a própria lógica apresenta limitações.

(4) Essa crise marca profundas transformações no “mundo do trabalho”: nas relações de trabalho, mercado de trabalho; trabalhadores e seus movimentos associativos; condições de trabalho; direito do trabalho, direito ao trabalho etc.

(5) Oliveira e Paoli (1999), Lessa (2002) chamaram a atenção para o fato das teses do fim da centralidade do trabalho ocorrerem num mesmo momento histórico de avanço do neoliberalismo.

(6) Volvo, instalada no Paraná em fins de 1970; Volkswagen-Audi e Renault, instalada em fins da década de 90, resultado do movimento de realocização da indústria automobilística mundial.

Muitas das controvérsias no âmbito das Ciências Sociais têm como pano de fundo a fragmentação dos saberes produzidos pela lógica da superespecialização — próprios de um pensamento liberal dominante no século XIX. Este nos fez acreditar que as dimensões políticas, econômicas, de mercado, por exemplo, eram “domínios analiticamente separáveis e (amplamente autônomos), cada qual com suas regras particulares (lógica)” e de que a sociedade deveria mantê-las separadas e os estudiosos deveriam estudá-las da mesma maneira (WALLERSTEIN, 1999. p. 452). Hoje, no entanto, presenciamos “um movimento inverso àquele responsável pela fragmentação do mundo em campos disciplinares, ou seja, a tentativa de que esses campos se comuniquem, permitindo a formação de um conhecimento mais adequado às necessidades de intervenção prática, política e social”, analisa Santos (2007. p. 51).

Trabalho e mundo do trabalho, por exemplo, não se coadunam com os modelos teóricos fechados em si e típicos de um pensamento disciplinar. Entretanto, ultrapassar as fronteiras disciplinares não é tarefa fácil. No geral, isto tem sido mais anunciado do que, de fato, concretizado na prática das pesquisas. Nos fóruns coletivos de avaliação de projetos interdisciplinares, os impasses são enormes,

“Os antropólogos, por exemplo, têm severas objeções à naturalização dos objetos, conceitos e classificações em uma pesquisa; eles não abrem mão de uma postura que, a princípio, coloque em suspenso as afirmativas e as classificações do senso comum. Em contrapartida, sociólogos e cientistas políticos que trabalham com análises quantitativas [...] trabalham com hipóteses, antecipação de resultados e definições metodológicas. Para estes, a ausência de hipóteses a serem comprovadas e de uma metodologia bem definida, aspectos comuns nos projetos direcionados à área antropológica, impossibilita uma investigação científica” (SANTOS, 2007. p. 57).

Há ainda uma terceira perspectiva, a histórica e interpretativa, que, “embora aceita, é invariavelmente desqualificada como ‘estando fora do lugar’ pelas demais abordagens” (*idem*). Nesse sentido, as abordagens interdisciplinares e aquelas que buscam operar com teorias conflitantes são perspectivas em construção. Isso significa que o momento ainda é de tentativas de aproximações entre os saberes.⁽⁷⁾

Nessas tentativas, ainda que não seja possível um conhecimento total, pode-se chegar a sínteses mesmo que provisórias e que não se furtem a inter-relacionar micro e macro realidades sociais pelo diálogo interdisciplinar e, desse modo, construir conhecimentos mais profícuos e menos fragmentados sobre a realidade que nos apresenta.

(7) A pluridisciplinaridade e a multidisciplinaridade se distinguem da interdisciplinaridade. São mais facilmente conseguidas, visto que, como analisa Santos (2007. p. 53), em pesquisas multidisciplinares, conceituado como “o encontro entre monólogos disciplinares”, prevalece o repeito a cada campo disciplinar, visto que nenhum dos pesquisadores “detém conhecimento suficiente para questionar as bases conceituais do parceiro com que trabalha”. Embora a pluridisciplinaridade (estudo de um objeto de uma mesma e única disciplina por várias disciplinas simultaneamente) seja um avanço importante, a sua finalidade continua inscrita na estrutura de cada disciplina. Segundo Nicolescu (1999), ela ainda não considera os pontos de ligação entre as disciplinas. Ao passo que a interdisciplinaridade diz respeito à transferência de método de uma disciplina para outra. Há cooperação e diálogo entre as disciplinas do conhecimento, mas, nesse caso, se trata de uma ação coordenada.

A grosso modo, as interpretações de crise terminal do trabalho e das organizações dos trabalhadores estão pautadas nas visões de declínio da modernidade e do seu modelo racionalizador (TOURAINÉ, 1994).

É no âmbito da crise da modernidade⁽⁸⁾ que se destacam as teses anunciadoras de diversos fins inexoráveis: da história, do Estado, do trabalho, do sindicalismo, das ideologias, das utopias. No entanto, muitas destas leituras de cunho apocalíptico fundadas em análises modelares e deterministas da realidade social foram apressadas e até ideológicas, visto que as realidades empíricas não confirmaram muitas dessas teorias. Por isso, para a compreensão das profundas transformações no âmbito do trabalho e dos trabalhadores, torna-se necessário um modo de pensar que reconheça os limites dos modelos de investigação social fundados nos rigores da racionalidade científica cartesiana, como sugeriu Santos (1998).

Se, por um lado, as transições em curso no mundo do trabalho instigou as teorias sociológicas a redimensionarem conceitos e categorias analíticas, de outro, levou inúmeros cientistas sociais que se fixaram nas mudanças, nas fragmentações do presente e nas desconstruções sociais, a tomarem a direção da “pós-modernidade”. Essa vertente, no entanto, capitulou a todo critério de verdade. Como destaca Boron (2003), esse ataque à noção de verdade e a versão à noção ingênua do racionalismo, “comporta uma crítica devastadora a toda concepção da filosofia, não apenas como um saber comprometido com a busca da verdade, do sentido, da realidade ou de qualquer tipo de propósito ético como o bem-estar, a felicidade ou a liberdade” e, mais ainda, da proposta da filosofia como uma arma a serviço da transformação social (*idem*, p. 50). Nos termos de Boron, emergiu um novo *ethos* que tendeu a rejeitar a visão de totalidade, da história, da metanarrativa, dos fatores estruturais — como o trabalho, a divisão de classes, as instituições sociais, os contextos internacionais.

Esse movimento teórico da pós-modernidade não deve ser confundido com a crise da ciência. O movimento de autorreflexão da ciência nos sugere a necessidade de um modo de pensar e conceber ciência, distinto, sem, contudo, abrir mão das teorias, da coerência, da consistência teórica e da verdade (embora não absoluta, mas provisória e relativa), fundada em critérios constituídos pelo coletivo da comunidade acadêmica. Especialmente em momentos de indeterminação, podemos romper os moldes que estruturaram nosso pensamento, segundo uma lógica puramente formal. Um dos moldes, que vem se desmontando, é a concepção arraigada desde a Revolução Científica do século XVII de ciência como sinônimo de certeza. Se, a partir daquele século, fazer ciência implicava a submissão dos fatos ao rigor da matemática, sendo objeto da ciência somente aquilo que pudesse ser mensurado, quantificado e formalizável, hoje, já se concebe as insuficiências e brechas abertas na própria ciência pautada em um pensamento estritamente cartesiano. Tais brechas foram abertas pelas novas descobertas na área da física e matemática e sinalizam os limites da racionalidade da ciência moderna, cuja lógica tendeu a expulsar

(8) A modernidade é concebida como o movimento no horizonte das Revoluções Burguesas, do pensamento iluminista, das relações de poder e de um projeto político pautado na emancipação do homem e da consolidação de uma sociedade industrial.

aquilo que não consegue explicar⁽⁹⁾. Nesse sentido, o metodólogo Bachelard alertava sobre “a possibilidade de essa redução acontecer no trabalho científico”, pois o método cartesiano ao propor “explicar bem o mundo não chega a complicar a experiência, que é a verdadeira função da pesquisa objetiva”, analisa Araújo (2005. p. 13).

O movimento de autorreflexão da ciência nos proporciona o reconhecimento de seus limites e alerta quanto a pretensão de se produzir verdades absolutas e fechadas, inclusive, devido ao próprio estado de fragmentação do conhecimento, diluído entre os diversos saberes disciplinares. Nesse sentido, a ciência tem se afirmado como tradução (SANTOS, 2004), representação (OMNÉS, 1996), e interpretação (MORIN, 1991). A consciência de que há incertezas que perduram no conhecimento, mesmo após o crivo do saber científico, não significa abdicar do rigor metodológico, das teorias e metanarrativas, como o fazem os autores pós-modernos. Assim, o estudo da ação coletiva em plantas de nova geração, se deu a partir dos instrumentais analíticos das Ciências Sociais, mais especificamente, tanto da Sociologia clássica como da contemporânea, e da perspectiva de que é possível acumular conhecimento a partir de teorias conflitantes e em competição (ALEXANDER, 1987). Isso, apesar de, teoricamente, já se encontrar “resolvido” na sociologia, na prática da pesquisa não é de fácil operacionalização.

Os modelos, quando enrijecem o pensamento, dificultam captar a experiência social em toda a sua riqueza e complexidade, alerta Souza Santos (2004). E nos fazem perder a capacidade de um pensar dialético sobre fenômenos que se apresentam em estado de permanente tensão, eivadas de contradições, ambivalências e movimentos contrários e em permanente efervescência. É a essa tensão dialética que Werneck Vianna (2009)⁽¹⁰⁾ convidou a recuperar nas análises do sindicalismo brasileiro recente. Na verdade, a velha e boa dialética, embora um tanto desgastada, continua fecunda para a análise do mundo do trabalho, das relações de trabalho, das condições de vida e trabalho das classes trabalhadoras, da estrutura social das classes, dos movimentos operários e outras formas de associativismo. As contradições, o movimento, os avanços e recuos, as intermediações compõem a realidade dos trabalhadores e de seus movimentos associativos.

Um dos maiores desafios, no entanto, consiste em captar as mudanças no bojo das estruturas que perduram, ainda que de modo redimensionado, visto que, para promover a sua sobrevivência, o capitalismo se reinventa a cada grande crise, assim como, se reinventam também as práticas dos atores enleados por ela.

Ao longo da História, deparamos-nos com outras crises, o que significa que estas fazem parte da autoconstituição da sociedade. Marx e Engels (s.d. p. 24) revelaram o caráter crítico da sociedade capitalista ao afirmar que “a burguesia não pode existir sem continuamente revolucionar os instrumentos de produção, ou seja, as relações de produção

(9) Morin (1991) exemplifica com o Teorema de Gödel, que, aparentemente, limitado à lógica matemática contém pelo menos uma proposta que é irresolúvel, ou seja, não tem solução. Isto abre brechas no sistema de pensamento e incita a uma epistemologia aberta.

(10) É a análise realizada por Vianna, na Mesa Redonda “O debate sindical e as respostas à crise atual”, composta também por Giovanni Alves e Andréia Galvão, no XI Encontro Nacional da ABET — Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 2009.

e, portanto, todos os relacionamentos sociais”; desse modo, “a revolução constante da produção, a perturbação ininterrupta de todas as relações sociais, a incerteza e agitação permanentes distinguem a era burguesa de todas as anteriores”. Para eles, desde o momento em que esse sistema de produção se consolidava, transformava, simultaneamente, as relações sociais, os comportamentos, os pontos de vista, fazendo com que as pessoas se deparassem com a necessidade de enfrentar com racionalidade as condições reais de suas vidas e das relações com seus semelhantes. Isso nos parece pertinente na realidade hodierna, sobretudo no âmbito do trabalho e dos trabalhadores, cuja transição constitui desafio teórico e metodológico notável para as Ciências Sociais, tanto pelo seu caráter histórico, dinâmico, antagônico, como também por se encontrar no centro do dissenso teórico acerca das mudanças no modo de exploração capitalista.

As crises que assolam os trabalhadores refletem também as crises teóricas no coração da sociologia do trabalho, visto que, como destacou Sorj (2000. p. 26), esta ficou “imprensada por duas visões opostas”, uma que relativiza as mudanças, por considerar a permanência do sistema capitalista com os mesmos princípios apontados pelos clássicos da sociologia e, outra, que indica que tudo mudou e o trabalho não se constitui mais uma categoria-chave para a análise da realidade, em vista da perda de sua centralidade para a esfera do consumo⁽¹¹⁾.

Ao confrontarmos experiências locais, regionais e globais no âmbito do trabalho, no entanto, consideramos que não é possível analisar as realidades complexas — que englobam o trabalho e formas de organização dos trabalhadores — a partir de visões únicas e deterministas. A título de exemplo, a análise das experiências das empresas reestruturadas, como demonstra Leite (2003), é de que a produção flexível, longe de ser um padrão único, não só comporta manifestações muito distintas, como apresentam características bastante diferentes de acordo com o país, o setor e a empresa. Ou seja, não tem demonstrado a universalidade que alguns autores pressupõem. Isso também é fato para o movimento associativo dos trabalhadores. Ainda que mudanças paradigmáticas estejam ocorrendo, existem questões aparentemente semelhantes com significados muito diversos nos diferentes contextos, pois os países diferem nos arranjos institucionais e na posição na divisão internacional do trabalho, assinalam Lock e Thelen (1998). Desse modo, as organizações dos trabalhadores enfrentam desafios aparentemente semelhantes, mas com graus de intensidade variáveis e em momentos históricos distintos. Isso denota a necessidade de tratar coisas distintas e semelhantes no meio de diversas dimensões e a partir de múltiplos pontos de vista.

Além disso, não é demais lembrar que o objeto das Ciências Sociais é complexo, contraditório, inacabado e, essencialmente, qualitativo. É constituído de consciência histórica, em que sujeito e objeto encontram-se interligados, é intrínseca e extrinsecamente ideológico. Nessa condição, não nos encontramos separados de nosso objeto, ou seja, carregamos para ele nossos pontos de vista, nossa visão de realidade e de ciência, significando, portanto, a inexistência da anunciada neutralidade.

(11) Autores como Bourdieu (1998), Castel (1998), Leite (2003), Thompson (1987) entre outros não se enquadram nessa polaridade, onde se encontram Offe (1989), Touraine (1994), Gorz (1982), Habermas (1987).

2. A PESQUISA EMPÍRICA E SEUS RESULTADOS

De maneira geral, as ideias e conceitos que permearam as escolhas teórico-metodológicas da pesquisa se deveram à desconfiança quanto às explicações generalizantes para a realidade social. Foi no campo qualitativo que indagamos sobre a dinâmica e as ações dos trabalhadores mediadas pelas suas comissões de fábrica (Volvo e Volkswagen-Audi) e do comitê sindical (Renault). Com os dados quantitativos que analisamos, atestamos, por exemplo, o aumento da produção de veículos por trabalhador no período de 1999 a 2007, a flexibilidade da produção e da mão de obra nas três montadoras: Volkswagen-Audi, Renault e Volvo⁽¹²⁾.

A construção metodológica objetivou capturar a dinâmica das comissões de representação de trabalhadores e motivações da ação coletiva. À medida que a pesquisa se desenvolveu e das escolhas teóricas no processo de questionamento e de levantamentos prévios, o surgimento de questões imprevistas exigiu redirecionamentos. Como exemplo, citamos a problemática envolvendo a “cultura da empresa” que apareceu como uma razão central para a organização de representações internas de trabalhadores nas referidas fábricas. A partir da análise de diferentes visões de cultura, discutimos sua aplicação às empresas. A problematização do conceito permite distinguir os discursos produzidos e impostos pelos dirigentes das empresas das relações sociais no cotidiano do trabalho. Um dos resultados da pesquisa consistiu em dar crédito aos trabalhadores para a organização local nas três plantas estudadas, pois esta resulta das ações do que chamamos de um “trabalhador coletivo” em âmbito transnacional.

A categoria trabalho e a teoria de classes em Marx e Engels perpassou a pesquisa e deparamo-nos com as teses divergentes que questionam a validade desse pensamento para a compreensão de uma realidade transformada. Apesar dos dissensos quanto à existência da luta de classes, a pesquisa empírica sinalizou para uma “inclinação de classe”, visto que os trabalhadores se reconhecem como classe em oposição ao capital e, nessa condição, demarcam os interesses. Para o contexto dos trabalhadores do setor calçadista português, Estanque (2008) denominou de “instinto de classe” o seu achado⁽¹³⁾. Sendo o instinto aquilo que é de natureza inata dos indivíduos e, de certo modo, irrefletida, consideramos que o reconhecer-se como classe, como avistamos entre as lideranças internas dos trabalhadores das três montadoras, expressa mais uma inclinação para a classe, pela sua compleição social.

Em meio às tentativas no plano das teorias contemporâneas de redefinição da identidade social do trabalhador, optamos pelo conceito de “classe trabalhadora”, porque, além de seu

(12) Os dados se encontram em Bridi (2008), tese de doutorado de título “Ação coletiva e comissões de trabalhadores em plantas flexíveis: o espaço da política”.

(13) A ideia de “instinto de classe” foi destacada em palestra proferida por Elísio Estanque no VI Seminário de Trabalho realizado em Marília entre os dias 26 a 30 de Maio de 2008. Em sua investigação na indústria calçadista de Portugal, Estanque identificou como instinto de classe, o reconhecimento dos trabalhadores de sua posição antagonica em relação ao capital. Tanto, que os trabalhadores aceitaram participar de sua pesquisa, se ele próprio, como pesquisador, se posicionasse sobre qual lado pertencia: se da empresa ou do lado dos trabalhadores. Entretanto, na continuação de sua pesquisa, considerou que a consciência de classe se limitava a esse reconhecimento, uma vez que os mesmos trabalhadores indagados sobre variáveis consideradas pelo pesquisador como reveladoras de consciência de classe se mostraram conservadores quanto as suas posições políticas e sociais.

sentido político, a classe é um conceito analítico que permite situar os trabalhadores na estrutura social do capitalismo⁽¹⁴⁾: proprietários dos meios de produção ou vendedores da força de trabalho e da condição de subordinação. A classe, apesar de heterogênea, modificada, ainda é uma característica chave de análise do capitalismo por permitir definir o lugar social ocupado pelos indivíduos na estrutura social. Nessa direção, as perspectivas que nortearam a pesquisa foram: a) da não negação das classes, mesmo reconhecendo as mudanças no seio da classe trabalhadora; b) de que classe e consciência de classe são construídas historicamente; c) de que não é possível tomar a noção de classe e tampouco a noção de ação coletiva como dadas *a priori*. Ao olhar para a história dos movimentos associativos dos trabalhadores, Hyman (1996), analisa que a própria solidariedade de classe é uma construção que implica organização, intencionalidade e processos de identificação nem sempre exitosos. As oposições de classe que se manifestam nos níveis políticos e econômicos da ação social estão presentes na realidade investigada.

A definição de um eixo ou fio condutor — a ação coletiva — nos levou a tomar diferentes perspectivas teóricas da ação. A reflexão sobre a ação social pela ótica weberiana, pela vertente estrutural-funcionalista e pela sociologia da ação recente, objetivou compreender a natureza das ações dos trabalhadores no chão de fábrica. Detivemo-nos no conceito de ação coletiva do individualismo metodológico. A tese defendida por Olson (1999), de que os indivíduos não agem espontaneamente para atingir um bem comum sem que haja alguma coerção ou incentivo à parte com base em um cálculo custo/benefício, foi contraposta pela presente pesquisa empírica. Da análise das trajetórias pessoais das lideranças entrevistadas, constatamos que a opção pela ação coletiva não se deu por razões meramente egoísticas. Pesou a história particular de cada um, os processos de socialização e formação, as experiências coletivas em instâncias fora da fábrica.

A ação coletiva configura-se, portanto, para além do que apregoa o individualismo metodológico e se deve a fatores, como a) a compreensão dos trabalhadores de sua posição de subordinação; b) o reconhecimento da necessidade de associação para obtenção do êxito em suas demandas; c) as condições históricas individuais e coletivas, econômicas e culturais; d) das condições de trabalho; e do exercício da política pelos homens. Ou seja, as ações coletivas no interior das fábricas não se restringem às condições econômicas, visto que as Comissões de fábricas e o Comitê Sindical se constituem em espaços de avaliação, reflexão e decisão sobre o trabalho e suas condições e estratégias de ação. Nesse aspecto, a fábrica caracteriza-se como espaço de ação política, como delineou Francisco (2004), cuja ação dos trabalhadores visa mudar as condições de trabalho e salariais. Isso significa que as ações coletivas não se caracterizam como qualquer ação social, mas como ações em vista de mudanças e de interesses comuns partilhados.

Os conflitos no interior das montadoras são decorrentes, em sua maioria, das condições de produção — enxuta e flexível, com ritmos e jornadas de trabalho intensificado. Em diversos casos relatados pelos entrevistados, os conflitos centram-se em acontecimentos

(14) As empresas utilizam, em seus documentos e regimentos, o termo empregado. É a relação contratual, formal, que define a terminologia adotada. Trabalhador, para nós, tem sentido político.

imediatos, como a manutenção do ritmo da linha de produção com o time ou equipe de trabalho incompleto; pressão para realização de hora-extra; demissão considerada ilegal (trabalhador com CAT — Comunicado de Acidente de Trabalho); questões específicas de cada planta (que envolvem benefícios, alimentação, transporte, jornada de trabalho); problemas localizados (em certas áreas, por exemplo, na pintura, na manutenção); razões econômicas (remuneração fixa e variável); mas, também, contra práticas autoritárias e formas de gestão. Contudo, como afirma Miliband (1979. p. 32), nos parece equivocado “atribuir rótulos como ‘econômico’ ou ‘ideológico’ a esta ou aquela forma de conflito. Pois qualquer conflito de classes, grande ou pequeno, inclui e expressa todas as manifestações da vida social, e é nesse sentido um fenômeno econômico, cultural/ideológico, social e político”.

Para dar conta de uma ação, é preciso compreendê-la na sua singularidade e na relação com outros fenômenos, orienta Weber (1991). Explicar um fenômeno social exige atenção também às ações individuais, pois há um entrelaçamento entre indivíduo e sociedade, ação e estrutura, que não podem escapar à análise. Tomando de empréstimo essa ideia, a dinâmica das CFs no nível local, não está dissociada das alterações globais no âmbito do trabalho. Novas e velhas relações de trabalho estão ligadas às diversas mudanças econômicas, políticas e sociais no cenário nacional e internacional. Assim, as realidades históricas microssociais e macrossociais, locais e globais inter-relacionam-se e, ao mesmo tempo, distinguem-se. Nessa perspectiva, o estudo sobre a ação coletiva no chão da moderna indústria automobilística paranaense atentou para o movimento do capital dentro de uma economia mundializada; para as transformações no trabalho (a exemplo, a reestruturação produtiva e seus desdobramentos); para as permanências no âmbito de uma economia capitalista (por exemplo, a busca pela lucratividade a custo da exploração e racionalização da mão de obra); e, também, os sinais de ação/reação, solidariedade/individualismo, resistência/adaptação dos trabalhadores em relação às mudanças em curso e às estratégias do capital.

As reflexões teórico-metodológicas — que não se reduzem a um feixe de métodos e técnicas de pesquisa fechadas em nome da garantia da cientificidade — motivaram a elaboração de um roteiro de entrevistas semiestruturadas aplicado para os trabalhadores que intermediam as ações no interior das empresas, cujo intuito foi o de identificar quais ações, seus porquês, como ocorrem e desdobramentos. O interesse em analisar as ações organizadas e mediadas pelos representantes internos dos trabalhadores em sua interface com o sindicato justificou a realização de entrevistas tanto com os membros das CFs e CS, como com os dirigentes sindicais e delegados de base.

As ações das organizações internas dos trabalhadores, embora localizadas e muitas vezes imediatas quando ocorridas no calor da produção, de modo algum são isoladas. Nelas, repercute o movimento do capital internacional e as ações de trabalhadores de outras plantas e de seus comitês mundiais. Por isso, foram consideradas, neste estudo, como se tratando de ações transnacionalizadas.

As indagações implicaram o uso de metodologia qualitativa como entrevistas (em profundidade); análises de acordos, convenções coletivas, cartas sociais assinadas pelas empresas junto aos organismos internacionais, boletins, comunicados aos trabalhadores,

além de bibliografia pertinente. Entrevistas realizadas em 2004 e 2007, quando discutimos a crise no sindicalismo, também foram fontes desta pesquisa. A análise dos Acordos Coletivos, no período abrangido pela pesquisa, celebrados entre o Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba e Região Metropolitana (SMC) e as empresas Renault, Volkswagen-Audi e Volvo e as Convenções Coletivas entre SMC e SINFAVEA, revelou a tendência de padronização dos temas acordados: de uma situação bastante diferenciada, em 1999, houve uma aproximação ou quase nivelamento das condições de trabalho, salário, jornada de trabalho e benefícios. Entretanto, as relações entre as representações internas de trabalhadores e os dirigentes das empresas se mantiveram diferenciadas e mais conflituosas nas plantas francesa e alemã, inclusive, com episódios de confronto que se tornaram públicos como os ocorridos na Renault, no início de 2008.

Os trabalhadores entrevistados são lideranças que despontaram pela atuação no cotidiano da produção em vista do discurso adotado, da trajetória de vida, das aprendizagens e experiências pretéritas individuais e coletivas, e das condições de trabalho. Isso nos permitiu demonstrar os limites da teoria individualista. Mesmo a decisão em concorrer a eleição para representante dos trabalhadores não acontece por uma escolha meramente individual, pois o próprio ato de candidatar-se para a função depende da indicação e do apoio dos colegas de trabalho.

As lideranças eleitas, embora em tempo reduzido, continuam a desempenhar sua atividade no processo de produção. Somente os coordenadores das CFs ou CS são liberados do trabalho das linhas de produção; passam a ter direito à jornada diária completa livre para o exercício da atividade de representação. Os demais membros não se desligam da produção, diferentemente dos dirigentes sindicais que atuam no sindicato e para o conjunto da categoria. O não desligamento da atividade laboral na linha é visto como positivo pelos entrevistados, porque, dentre outras razões, permite a ação no momento em que ocorrem os problemas.

Identificamos diversas mudanças resultantes da ação coletiva, sobretudo no período de 2004 a 2007, nas montadoras alemã e francesa. Dentre as mudanças, destacamos o fim do banco de horas na Volkswagen-Audi (com a greve de 2004) e a redução da jornada, que ocorreu também na Renault. Soma-se a isso o fato de os acordos coletivos passarem a ser realizados não mais por empresa, o que pode ser considerado um avanço qualitativo para a ação dos trabalhadores. Outra alteração nas duas montadoras foi a substituição de chefias oriundas da Europa por brasileiros, trazendo mudanças de condução (gestão) do trabalho o que, de acordo com os entrevistados, contribuiu para acirrar tensões no âmbito da produção. Segundo os representantes internos, as condições de trabalho pioraram com a mudança dos gestores. Essa “piora” deve-se também à elevação da demanda de mercado, pois a troca dos gestores coincidiu com o aumento das vendas de veículos no Brasil.

Portanto, deve-se a um conjunto de fatores a explicação para a intensa ação coletiva nessas empresas (ocorreram greves em 2003, 2004, 2006, 2007 e 2008; mobilizações e paralisações de curta duração nas datas base dos demais anos).

Os níveis local e global que se imiscuem, assim como os aspectos uno e múltiplos, geral e particular da realidade que se interpenetram — tornaram necessária uma forma

de pensar e uma metodologia que permitisse análises cruzadas e qualitativas entre as três plantas. A estratégia de dispor num mesmo quadro e em eixos as informações colhidas sobre cada planta serviu a esse propósito. Das informações obtidas nas entrevistas, nos documentos e acordos coletivos envolvendo as plantas do Paraná, identificamos a existência de uma unidade (embora só visível a olhos atentos) que norteou as lutas dos trabalhadores, cujo resultado consistiu na redução das disparidades nas condições de trabalho, jornada e nos salários entre as três plantas. Essa força invisível se deveu, concomitantemente: à atuação do sindicato, às ações dos trabalhadores no chão de cada fábrica, aos conhecimentos adquiridos pelos trabalhadores de suas realidades particulares de trabalho e dos trabalhadores de outras plantas, aos intercâmbios realizados, à visão sobre as contradições inerentes à produção capitalista e ao reconhecimento das posições ocupadas pelos trabalhadores na estrutura de produção.

A escolha em estudar as ações dos trabalhadores nas três montadoras deveu-se à pressuposição de que elas funcionariam como miniteorias, como definiram Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1999), quando defenderam a importância em se pensar por analogia. A opção pela análise relacional deveu-se ao fato de que a “comparação” entre as comissões de fábrica não teve como objetivo perseguir sequências regulares ou variáveis idênticas — próprias de uma análise comparativa segundo a tradição sociológica. O objetivo foi o de descobrir o sentido, o conteúdo e as múltiplas relações entre tais formações sociais dentro e fora da fábrica. Um dos cuidados adotados consistiu em não tratar as CFs e CS numa perspectiva dicotômica e classificatória do “bem”, as combativas e de resistência ou do “mal”, quando integradas aos interesses da empresa, como alertou Rodrigues (1990). As relações são mais complexas e ambivalentes e não comportam tal simplificação, como o fazem os que definem as representações internas de trabalhadores como “um braço da empresa”.

Ainda que não tenhamos perseguido sequências regulares ou variáveis idênticas, tomamos como parâmetros para a análise da ação coletiva: a jornada de trabalho, a remuneração, as condições de trabalho e de produção, bem como as características das comissões, origens e história, a dinâmica organizacional, as formas de atuação e as relações com o sindicato, com a empresa e outros atores. Atentamos também para as situações de solidariedade no âmbito da fábrica.

A pesquisa empírica possibilitou criticar a tese da ação coletiva de Olson (1999), que delineia como lógica da ação os interesses puramente egoísticos do homem. Ponderamos que, em sua teoria, não existe lugar para a indeterminação, visto que a análise desconsidera nos fenômenos, o aleatório, a invenção, a criação. A lógica da escolha racional opera somente até onde as variáveis lógicas podem ser materializadas. Ou seja, o indivíduo contempla as opções A, B ou C, mas tais opções estão no campo somente daquilo que já se conhece previamente. Não há lugar para outras explicações. Ao verificarmos que existe uma unidade ou uma força invisível que orienta as ações dos trabalhadores ocorridas no calor do acontecimento imediato, concluímos que elas não se resumem a escolhas puramente racionais, mas resultam da confluência de inúmeras outras variáveis, sendo algumas até mesmo desconhecidas pelos próprios agentes. Vários relatos sinalizaram, para a incerteza quanto às estratégias adotadas, a dificuldade em prever a (re)ação do outro ator (a empresa).

A análise individualista tem como premissa que os fenômenos sociais devem ser estudados a partir do comportamento individual dos trabalhadores, entendido como um comportamento racional. A participação, ou não, no sindicato, por exemplo, se deve a uma escolha racionalmente calculada pelo indivíduo. Entretanto, parece-nos que uma das limitações dessa abordagem metodológica, se encerrada nas motivações individuais, consiste na ausência de análises que englobam o papel das estruturas sociais e das ideologias aderidas ou não pelos indivíduos.

Embora muitos cientistas sociais tenham aquiescido à ideia da decomposição das teorias clássicas e declarem a obsolescência de seus conceitos e categorias sociológicas por considerarem insuficientes para fazer face às urgências da reconstrução social no presente, nós tomamos o pensamento de Marx sobre o sistema capitalista e sua perspectiva do conflito como referência teórica orientadora da pesquisa. Isto deve-se ao fato de reconhecermos as permanências — apesar do estardalhaço das mudanças — de velhas questões que já são bem conhecidas do movimento de trabalhadores: jornadas estendidas; condições de trabalho exaustivas; busca da lucratividade e de sua apropriação privada; exploração da mão de obra cada vez mais racionalizada. Nesse sentido, Ianni (1999) afirma que a sociedade atual baseia-se em alguns princípios que se reiteram ao longo da história. As mudanças na ciência, nas técnicas ou as novas tecnologias de informação não alteraram a natureza essencial das relações, processos e estruturas de apropriação ou distribuição de bens e dominação do poder na sociedade capitalista, (*idem*). E isto é visível nas modernas fábricas de automóveis.

Embora Morin seja um autor controverso, seu pensamento, assim como de Santos, foram inspiradores dos caminhos metodológicos utilizados, especialmente, por incitarem o rompimento com uma concepção de ciência como produtora de verdades absolutas e modelos prontos a serem aplicados a toda e qualquer realidade. Morin alertou-nos para a indeterminação e complexidade da realidade, daí a possibilidade de metodologias abertas e flexíveis, uma vez que as estruturas fechadas de pensamento não parecem fazer muito sentido nos tempos atuais. Assim, podemos cruzar teorias, discutir pontos de contato entre elas, ver complementaridades e oposições e tomá-las como pontos de partida.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apontou que, embora a ação coletiva possa sofrer obstáculos devido ao desemprego, crises econômicas e processos de alienação e ambiguidades no mundo do trabalho, não é razoável supor a sua não existência. O “novo” não substituiu completamente o “velho”, mas, ao contrário, coexistem formas modernas e tradicionais, e por vezes até arcaicas de exploração do trabalho. O capital ainda não conseguiu se livrar da mão de obra, como sugeriram os teóricos da sociedade pós-industrial. A indústria automobilística configurada como “fábrica de nova geração”, de produção enxuta e flexível, se espalhou pelo mundo, dentre outras razões, também em busca de mão de obra barata, flexível e mais desregulamentada. As pesquisas sobre essa indústria no Paraná e noutras plantas no país, revelam quadros de crescente racionalização do trabalho, intensificação dos ritmos de produção e, como decorrência, têm-se constatado elevados índices de trabalhadores afastados por doenças do trabalho — como têm denunciado os sindicalistas metalúrgicos.

Por fim, é preciso dizer que a realidade não comporta somente duas faces. Ela é múltipla e isso significa que reduzi-la a dois termos autoexcludentes, como “bem” ou “mal”, “indivíduo” ou “sociedade”, “ação” ou “estrutura”, além de empobrecer, não explica as relações que se estabelecem entre os trabalhadores na fábrica. Constatamos ambivalências diversas, entre elas, individualismo e solidariedade, cooperação e resistência, cooperação e conflito, ao mesmo tempo e numa mesma situação. Isso exige de quem investiga um pensamento que não expulse a contradição, a ambivalência, mas que as incorpore como dados do real.

Salientamos que a realidade não está pré-determinada e sua transformação é movida, também, pelo imprevisto, pelo acaso e pelo aleatório. Ela não é feita só de imediato e não é legível de maneira evidente nos fatos, daí, a importância das teorias. Ainda assim, existe uma relação de incerteza entre a ideia e o real, como destacaram Morin e Kern (2003). Isso não significa, contudo, negar a realidade ou que seja impossível separar a ficção do real como se o fato não existisse, tal como fizeram certos autores pós-modernos⁽¹⁵⁾. Como analisa o historiador Hobsbawm (1998), o fato existe, é real, o que altera é o modo como o interpretamos e o lugar de onde interpretamos. Nesse sentido, é imperativo se prestar atenção às ideologias, visto que a ideia pode impor-se ao real, mas, nem por isso, este se conformará à ideia, conforme sugeriu Hobsbawm (1998). O discurso ideológico neoliberal, por exemplo, que serviu na década de 90 no Brasil, para justificar a redução dos direitos sociais na esfera do trabalho é contestado pela própria realidade do mercado de trabalho⁽¹⁶⁾.

Tomar a parte como todo, segundo Araújo (2003), é uma das características da ideologia. Há, portanto, um componente ideológico quando se toma realidades particulares — por exemplo, europeias e compostas por um Estado de bem-estar — como universais e apriorísticas. É de cunho ideológico quando se omite que a extração da mais valia permanece tanto na sua forma absoluta quanto relativa, por meio de antigas e de modernas modalidades de exploração do trabalho, da sujeição do trabalho ao capital, da intensificação dos ritmos de produção, da manutenção de antigas formas de trabalho e do aparecimento concomitante de novas modalidades.

Para estudar a realidade do trabalho e dos trabalhadores, é necessário o cuidado de não substituímos os determinismos teóricos do passado por novos determinismos ou por novos modelos do presente. Por isso, a necessidade de um conhecimento sempre contextualizado, operado a partir de raciocínios relacionais e dialéticos, que leve em consideração o fato segundo o qual os padrões utilizados para balizar a realidade a ser captada são sempre eleitos teoricamente.

Para finalizar, é preciso dizer, ainda, que a Sociologia do Trabalho, cujo objeto central encontra-se em crise — o trabalho — seja pelas mudanças, seja pelas visões antagônicas e divergentes das transformações, precisa primar pela análise comparada e contextualizada,

(15) Como observa Norris, citado por Boron (2003. p. 51), Jean Baudrillard levou até às últimas consequências o irracionalismo pós-moderno, ao afirmar que não tínhamos como saber se a Guerra do Golfo ocorreu ou não, exatamente no momento em que “as bombas norte-americanas choviam sobre Bagdá”.

(16) São inúmeros os estudos, dentre esses, citamos os realizados pelo CESIT/UNICAMP, que serviram para destituir os discursos do “custo Brasil”

como afirmaram Locke e Thelen (1998). Para isso, é necessário se levar em conta as especificidades de cada realidade, debruçando-se mais amiúde sobre a realidade empírica; não que esta deva reinar sobre a teoria, o que seria apologia ao empirismo, mas no sentido do diálogo permanente com a realidade e com os diversos saberes disciplinares, especialmente, em épocas de transição como a que estamos vivendo. A diversidade de visões, afirma Mariotti (2000), não impede (pelo contrário, pede) que cheguemos a acordos ou consensos sociais sobre o mundo em que vivemos, pois são esses consensos que tendem a orientar as práticas sociais de alguma forma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

ALEXANDER, Jeffrey Charles. O novo movimento teórico. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 4, p. 5-28, jun. 1987.

ARAÚJO, Silvia Maria de. As várias faces da ideologia. In: CORREA, A. (Org.). *Para filosofar*. 4. ed. São Paulo: Scipione, 2003, p. 145-172.

_____. *Da natureza do trabalho científico: o fazer ciência e suas implicações práticas ou de como compartilhar uma metodologia*. Curitiba: UFPR, 2005. (Mimeo).

BORON, Atílio. *Filosofia política marxista*. São Paulo: Cortez; Buenos Aires: CLACSO, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A essência do neoliberalismo. In: *Revista Margem*, n. 8, São Paulo, PUC-SP, p. 159-164, dez. 1998.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean Claude; PASSERON, Jean Claude. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRIDI, Maria Aparecida. *Ação coletiva e comissões de trabalhadores em plantas flexíveis: o espaço da política*. (Tese de doutorado). Curitiba: UFPR, 2008.

_____. Trabalhadores dos anos 2000. O sentido da ação coletiva na fábrica de nova geração. In: *Coleção Mundos do Trabalho*, ABET — Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, São Paulo: LTr, 2009.

_____; ARAÚJO, Silvia Maria de; MOTIM, Benilde Lenzi. *Ensinar e aprender Sociologia*. São Paulo: Contexto, 2009.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

ESTANQUE, Elísio. *A situação do trabalho no capitalismo global*. Palestra proferida no VI Encontro do Trabalho: trabalho, economia e educação no século XXI. Marília: UNESP, 26 a 30 maio 2008.

FRANCISCO, Elaine Marlova Venzon. *A comissão enxuta — ação política da fábrica do consórcio modular em Resende*. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

GORZ, André. *Adeus ao proletariado: Para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

HABERMAS, Jürgen. A nova intransparência; a crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 18, p. 103-114, set. 1987.

- HYMAN, Richard. Entre los sindicatos y la desarticulación de la clase obrera. In: *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, Cidade do México, ALAST, año 2, n. 4, p. 9-28, 1996.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- IANNI, Octávio. As Ciências Sociais e a modernidade-mundo: uma ruptura epistemológica. In: *Anais 1º Congresso de Humanidades*. Curitiba: Editora UFPR, 2001
- LEITE, Márcia de Paula. *Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2003.
- LESSA, Sérgio. *Mundo dos homens: trabalho e ser social*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- LOCKE, Richard; THELEN, Kathleen. Comparações contextualizadas: uma abordagem alternativa para a análise da política sindical. In: *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, ano 4, n. 8, p. 109-149, 1998.
- MARIOTTI, Humberto. *As paixões do ego: complexidade, política e solidariedade*. São Paulo: Palas Athena, 2000
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O manifesto do partido comunista. In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, p. 13-47, s.d.
- MILIBAND, Ralph. Análise de classes. In: GIDDENS A.; TURNER, J. (Orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Santelmo, 1991.
- MORIN Edgar; KERN, Anne Brigitte. *Terra-Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- NICOLESCU, Basarab. *O manifesto da transdisciplinaridade*. São Paulo: Trion, 1999.
- OFFE, Claus. Trabalho como categoria sociológica fundamental? In: OFFE, C. (Org.). *Trabalho e sociedade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. p. 5-20.
- OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. NEDIC. Petrópolis: Vozes. 1999.
- OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1999.
- OMNÉS, Roland. *Filosofia da ciência contemporânea*. São Paulo: Editora Afiliada, 1996.
- RODRIGUES, Iram. *Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria*. São Paulo: Cortez, 1990.
- SANTOS, Boaventura Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 1. ed. Lisboa: Afrontamento, 1998.
- _____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez, 2004.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda. Integração e diferença em encontros disciplinares. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ANPOCS, v. 22, n. 65, p. 51-60, 2007.
- SORJ, Bila. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 43, p. 191-229, jun. 2000.
- THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOURAINE, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

VIANNA, Francisco de Oliveira. O debate sindical e as respostas à crise atual. Palestra proferida no *XI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho — ABET*. Campinas: UNICAMP, 2009.

WARLLERSTEIN, Immanuel. Análise dos sistemas mundiais. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: UNESP, 1999.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora UNB, 1991.

Recebido em 22 de novembro de 2009.

Aceito em 05 de abril de 2010.